



NOTA INFORMATIVA DVE/CEVS nº10/2022

Atualizações sobre a Mpox

Porto Alegre, 26 de dezembro de 2022.

A mpox é uma doença viral zoonótica, causada pelo vírus Mpox, cujo reservatório ainda é desconhecido. A doença é transmitida, principalmente, por meio do contato com lesões de pele de pessoas com a doença ou com objetos e superfícies recentemente contaminadas pelas secreções destas lesões. A transmissão por meio de gotículas respiratórias, anteriormente relatada, requer contato mais próximo e prolongado entre o paciente infectado e pessoas suscetíveis. O período de incubação da doença, conforme relatos da literatura científica, é de 06 a 21 dias. Para as ações de vigilância epidemiológica, como monitoramento de contatos e definição de duração do isolamento, adota-se o período máximo de 21 dias.

Os principais sintomas da mpox são as erupções cutâneas, geralmente de início súbito, que podem apresentar-se em diferentes formas: máculas, pápulas, vesículas ou crostas. Podem afetar todo o corpo, incluindo rosto, palmas e plantas, órgãos genitais, mucosa oral e mucosa anal. As erupções cutâneas podem vir acompanhadas de manifestações sistêmicas, como febre, cefaleia, adenomegalia e mialgia. O período de transmissão da doença se encerra quando há a cicatrização completa das lesões. Foram relatadas manifestações atípicas, como edema peniano e uretrites sem lesão visível.

O nome mpox foi adotado oficialmente pela Organização Mundial da Saúde em novembro de 2022, visando o uso de uma nomenclatura eticamente aceitável, evitando a associação aos primatas não-humanos que comprovadamente não são reservatórios da doença. O vírus e seus clados também foram renomeados: vírus Mpox, Clados 1 e 2.

CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO MUNDIAL

A primeira detecção de doença causada pelo vírus Mpox em humanos, ocorreu em 1970, na República Democrática do Congo (RDC). Desde então, a mpox é considerada uma doença endêmica no continente africano. Em 2003, houve o primeiro surto de mpox fora do continente africano, nos Estados Unidos. Vários surtos esporádicos em países não-endêmicos foram registrados nos anos seguintes.

Em maio de 2022, foi identificado um grande surto na Europa, com relato de transmissão comunitária. Esta foi a primeira vez em que a transmissão comunitária da mpox foi identificada fora do continente africano. A Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu um alerta sobre a situação, que culminou, mais tarde, na declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), em 23 de julho de 2022. A declaração de ESPII tem como objetivo elevar o nível de atenção sobre



a doença e recomendar a necessidade de ampliação das capacidades de vigilância e medidas de saúde pública para contenção da transmissão.

De acordo com os dados disponibilizados no painel de casos de mpox do Centers for Disease Control (CDC), em consulta realizada no dia 16 de dezembro de 2022, foram confirmados 82.809 casos no mundo, distribuídos em 110 países. Destes 110 países, 103 não são considerados áreas endêmicas da doença. As mortes associadas à mpox chegam a 65 óbitos (letalidade inferior a 1%). O painel do CDC está disponível em <https://www.cdc.gov/poxvirus/monkeypox/response/2022/world-map.html>

CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO NO BRASIL

Anteriormente ao surto de 2022, o Brasil nunca havia registrado casos de mpox, independentemente da existência de vínculo com viagens ao exterior ou contato com animais. O primeiro caso foi confirmado em 09 de junho de 2022, no estado do Rio Grande do Sul. Ainda no mês de junho, houveram os primeiros relatos de casos associados à transmissão comunitária da doença em território brasileiro.

De acordo com os dados publicados pelo Ministério da Saúde, no Informe nº129, de 16 de dezembro de 2022, o Brasil já confirmou 10.320 casos da doença, distribuídos nas 27 Unidades Federadas (UF). 3.602 casos estão em investigação. 14 mortes foram registradas: 01 em Santa Catarina, 01 no Maranhão, 01 em Mato Grosso, 03 em São Paulo, 03 em Minas Gerais e 05 no Rio de Janeiro. Todos os pacientes que foram a óbito apresentavam relatos de comorbidades ou imunodepressão. A letalidade no Brasil chega a 3,88% - uma letalidade baixa, embora maior do que a mundial.

CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO NO RIO GRANDE DO SUL

O primeiro caso no Rio Grande do Sul foi confirmado em 09 de junho de 2022, sendo este também o primeiro caso registrado no Brasil. As ações de Vigilância Epidemiológica da mpox no Rio Grande do Sul já encontravam-se estruturadas, com a organização de um Grupo de Trabalho formado pelo CEVS e pelo Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde (DAPPS) da Secretaria Estadual de Saúde (SES/RS).

Segundo o Informe da Secretaria Estadual de Saúde publicado no dia 19 de dezembro de 2022, o Rio Grande do Sul tem 312 casos confirmados de mpox, distribuídos por 41 municípios. 138 casos estão em investigação. Nenhum óbito foi registrado. A situação de transmissão comunitária da doença no estado foi declarada em agosto de 2022.

RECOMENDAÇÕES

As orientações para a realização das ações de Vigilância Epidemiológica da mpox no Rio Grande do Sul estão elencadas na Nota Informativa CEVS/DAPPS nº02/2022, de 07 de outubro de 2022. Na Nota,



estão apresentadas as **definições de caso**, conforme a classificação atribuída, bem como as recomendações para o **rastreamento e o monitoramento dos contatos** e para o **isolamento**. A mpox foi inserida na Lista de Doenças de Notificação Compulsória através da Portaria GM/MS nº3418, de 31 de agosto de 2022. O sistema de informações para o registro das notificações de mpox é o e-SUS SINAN. A mpox é a primeira doença a ser notificada neste novo sistema, lançado pelo Ministério da Saúde em novembro de 2022. A mpox deve ser notificada de forma imediata pelos serviços de saúde públicos ou privados, em até 24h da suspeição do caso.

O diagnóstico da mpox é laboratorial. O Laboratório Central de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (LACEN/RS) é referência para os três estados da Região Sul na realização do RT-PCR para o diagnóstico da doença. O material a ser coletado é o swab de secreção vesicular, de fragmento de crosta, de uretra, de mucosa anal/vaginal ou de orofaringe, conforme o sítio de aparecimento das lesões ou dos sintomas inflamatórios. No diagnóstico diferencial da mpox, de acordo com a história clínica-epidemiológica, devem ser consideradas doenças como varicela, herpes simples, infecções bacterianas da pele, molusco contagioso, sífilis, infecção gonocócica disseminada, entre outras.

A evolução da mpox para formas mais graves ou letais não é freqüente. A hospitalização pode ocorrer para o manejo da dor causada pelas lesões, especialmente quando acometem mucosa anal ou genital. As formas graves de mpox, quando ocorrem, manifestam-se como encefalite, pneumonite ou comprometimento ocular (uveíte, ceratite). Para o tratamento de formas graves, o Ministério da Saúde disponibiliza, em modalidade de uso compassivo, o antiviral tecovimat. Existe um protocolo para o uso deste medicamento no tratamento da mpox, que está disponível na Nota Informativa CEVS/DAPPS nº02/2022, de 07 de outubro de 2022.

Sobre a vacinação contra a mpox, existe um imunobiológico licenciado pelo Food and Drug Administration (FDA) nos Estados Unidos. A Organização Mundial da Saúde recomenda a vacinação com foco prioritário em grupos de alto risco de exposição. Não há a recomendação de estratégias de vacinação em massa. Em novembro de 2022, o Ministério da Saúde anunciou a realização de um ensaio clínico randomizado multicêntrico, em 12 capitais brasileiras, para avaliação de segurança da vacina e resposta imune humoral e celular.

Por fim, cabe ressaltar as publicações da Secretaria Estadual de Saúde, contendo orientações para a prevenção e o controle da mpox entre grupos populacionais específicos: população privada de liberdade, comunidade escolar, residentes em instituições de longa permanência (ILPI) e mulheres no ciclo gravídico-puerperal. Sabe-se que a mpox tem maior potencial para evoluir para formas graves quando acomete crianças, gestantes e imunodeprimidos. Assim, essas orientações específicas consideram a vulnerabilidade e a necessidade de ações equitativas para esses grupos.



REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria GM/MS nº3418, de 31 de agosto de 2022. **Altera o Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, para incluir a monkeypox (varíola dos macacos) na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional.** Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt3418_01_09_2022.html Acesso em 21 de dezembro de 2022.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Monkeypox.** Disponível em: <https://www.cdc.gov/poxvirus/monkeypox/index.html> Acesso em: 21 de junho de 2022.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. 2022 **Monkeypox Outbreak Global Map.** Disponível em: <https://www.cdc.gov/poxvirus/monkeypox/response/2022/world-map.html> Acesso em: 04 de agosto de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde. **NOTA INFORMATIVA CONJUNTA CEVS/DAPPS Nº 02/2022.**

Orientações de vigilância, diagnóstico laboratorial e condutas frente a casos suspeitos e confirmados de monkeypox no estado do Rio Grande do Sul. Disponível em:

<https://www.saude.rs.gov.br/monkeypox-documentos> Acesso em: 19 de dezembro de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde. **NOTA INFORMATIVA CONJUNTA CEVS/DAPPS Nº 04/2022. Recomendações para prevenção e controle de infecções pelo Monkeypox a serem adotadas em Moradias Coletivas de Pessoas Idosas - Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).** Disponível em:

<https://www.saude.rs.gov.br/monkeypox-documentos> Acesso em: 19 de dezembro de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde. **NOTA INFORMATIVA CONJUNTA CEVS/DAPPS Nº 05/2022. Orientações de vigilância, diagnóstico laboratorial e condutas frente a casos suspeitos e confirmados de Monkeypox em gestantes e puérperas no estado do Rio Grande do Sul.** Disponível em:

<https://www.saude.rs.gov.br/monkeypox-documentos> Acesso em: 19 de dezembro de 2022.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE

RIO GRANDE DO SUL. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde. **NOTA INFORMATIVA CONJUNTA CEVS/DAPPS Nº 06/2022. Orientações para prevenção e controle da monkeypox nas comunidades escolares.** Disponível em: <https://www.saude.rs.gov.br/monkeypox-documentos> Acesso em: 19 de dezembro de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde. **NOTA INFORMATIVA CONJUNTA CEVS/DAPPS Nº 07/2022. Orientações para as medidas de identificação de casos, prevenção e controle da monkeypox nos serviços prisionais do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <https://www.saude.rs.gov.br/monkeypox-documentos> Acesso em: 19 de dezembro de 2022.